



Ministério da Economia  
Secretaria de Governo Digital  
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração  
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

Código da Natureza Jurídica

2054

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: JP PARTICIPACOES IMOBILIARIAS S.A.  
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



MGP2500132713

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	013			ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE TRANSFORMACAO
		046	1	TRANSFORMACAO
		020	1	ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL
		219	1	ELEICAO/DESTITUICAO DE DIRETORES
		019	1	ESTATUTO SOCIAL

MANHUACU  
Local

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Telefone de Contato: \_\_\_\_\_

5 FEVEREIRO 2025  
Data

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

DECISÃO SINGULAR

DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

SIM

SIM

Processo em Ordem À decisão

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

NÃO \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

Responsável

NÃO \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

Responsável

\_\_\_\_\_  
Responsável

DECISÃO SINGULAR

- Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
- Processo deferido. Publique-se e archive-se.
- Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

DECISÃO COLEGIADA

- Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
- Processo deferido. Publique-se e archive-se.
- Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da \_\_\_\_\_ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31300172147 em 12/02/2025 da Empresa JP PARTICIPACOES IMOBILIARIAS S.A., Nire 31300172147 e protocolo 250226677 - 20/01/2025. Efeitos do registro: 13/01/2025. Autenticação: AAB8FBCFE2D2A6CD25A3E2A7A6B042867805B19. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/022.667-7 e o código de segurança UJd4 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/02/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/022.667-7	MGP2500132713	13/01/2025

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
336.502.846-34	JUAREZ PRATA PENA
837.621.246-04	MARIA APARECIDA VIEIRA PENA
013.421.386-60	TIAGO ABREU GONTIJO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE  
EMPRESÁRIA LIMITADA EM SOCIEDADE ANÔNIMA**

**“JP PARTICIPAÇÕES LTDA.”**

**CNPJ: 19.324.363/0001-00**

**NIRE: 3121001070-9**

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE TRANSFORMAÇÃO  
REALIZADA EM 13 DE JANEIRO DE 2025.**

**Sumário dos fatos ocorridos e deliberações tomadas - art. 130, §1º da Lei nº 6.404/76.**

- 1. Data, Hora e Local:** Aos 13 (treze) de janeiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), às 18:00 (dezoito horas), na sede da sociedade, localizada na Rua Ângela Maria de Moraes, nº 36, Apt. 102, Bairro Alfa Sul, Município de Manhuaçu/MG, CEP: 36.904-159.
  
- 2. Comparecentes:** **JUAREZ PRATA PENA**, brasileiro, empresário, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, portador da Carteira de Identidade de nº MG-1.707.619 expedida pela SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 336.502.846-34, nascido em 19/12/1956, residente e domiciliado na Avenida Letícia Vargas Pinheiro, nº 110, Bairro Pinheiro II, Município de Manhuaçu/MG, CEP: 36.902-084 e **MARIA APARECIDA VIEIRA PENA**, brasileira, empresária, casada sob o regime de comunhão parcial, portadora da Carteira de Identidade nº MG-5.688.793, expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº 837.621.246-04, nascida em Simonésia, residente e domiciliada na Avenida Letícia Vargas Pinheiro, nº 110, Bairro Pinheiro II, Município de Manhuaçu/MG, CEP: 36.902-084, únicos sócios da **JP PARTICIPAÇÕES LTDA.**
  
- 3. Mesa diretora dos trabalhos:**  
Presidente: **JUAREZ PRATA PENA**  
Secretária: **MARIA APARECIDA VIEIRA PENA**
  
- 4. Agenda dos Trabalhos:**
  - 4.1.** Transformação da empresa **JP PARTICIPAÇÕES LTDA.**, de sociedade empresária limitada em sociedade anônima e aprovação do Estatuto Social que a regerá.
  - 4.2.** Deliberar sobre o aumento do capital social da sociedade empresária **JP PARTICIPAÇÕES LTDA.**;
  - 4.3.** Deliberar sobre a alteração da denominação social da sociedade;
  - 4.4.** Eleição da Diretoria para o período de 2025/2028;



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31300172147 em 12/02/2025 da Empresa JP PARTICIPACOES IMOBILIARIAS S.A., Nire 31300172147 e protocolo 250226677 - 20/01/2025. Efeitos do registro: 13/01/2025. Autenticação: AAB8FBCFE2D2A6CD25A3E2A7A6B042867805B19. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/022.667-7 e o código de segurança UJd4 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/02/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL

- 4.5. Fixação de remuneração dos membros da Diretoria;
- 4.6. Renúncia por parte da Diretoria de qualquer valor a lhes ser pago a título de remuneração ou pró-labore;
- 4.7. Outros assuntos de interesse da sociedade.

**5. Declarações Preliminares do Presidente da Assembleia:**

5.1. Que os comparecentes são os únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada “**JP PARTICIPAÇÕES LTDA.**”, cujo contrato foi devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – JUCEMG, NIRE nº 31210010709 em 15/10/2013, cujo capital registrado atual é de R\$ 12.868.245,00 (doze milhões, oitocentos e sessenta e oito mil duzentos e quarenta e cinco reais), divididos em 12.868.245 (doze milhões, oitocentas e sessenta e oito, duzentas e quarenta e cinco) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizado, pertencendo ao Sr. **JUAREZ PRATA PENA**, 12.868.244 (doze milhões, oitocentas e sessenta e oito mil e duzentas e quarenta e quatro), totalizando o valor de R\$ 12.868.244,00 (doze milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, duzentos e quarenta e quatro reais) e à Sra. **MARIA APARECIDA VIEIRA PENA**, 1 (uma) quota, totalizando R\$ 1,00 (um real).

5.2. Que não haverá qualquer alteração no objeto social da sociedade.

5.3. Que as ações representativas da novel sociedade anônima serão as mesmas que representavam a sociedade limitada, permanecendo os acionistas com as mesmas quantidades de parcelas do capital social, conforme boletim de subscrição que integra o presente e que é rubricado pelos comparecentes.

5.4. Que, em assim sendo, submetia aos presentes a pauta dos trabalhos, acompanhada do projeto do Estatuto assim como Boletim de Subscrição de Ações, assinados digitalmente pelos subscritores.

**6. Deliberações:** Tomadas por unanimidade de votos sem quaisquer ressalvas:

6.1. **Aprovada** a transformação societária, nos termos dos arts. 220 e seguintes da Lei nº 6.404/76, passando a sociedade empresária limitada a se constituir em uma sociedade anônima, que se regerá pela legislação específica e por seu Estatuto aprovado na forma da lei.

6.2. **Aprovado** o aumento do capital social da sociedade empresária, passando dos atuais de R\$ 12.868.245,00 (doze milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, duzentos e quarenta e cinco reais), para R\$ 19.349.863,00 (dezenove milhões, trezentos e quarenta e nove mil, oitocentos e sessenta e três reais), através de emissão de 3.240.807 (três milhões, duzentas e quarenta mil, oitocentas e sete) ações ordinárias sob o valor nominal de R\$ 1,00 (um real), 3.240.807 (três milhões, duzentas e quarenta mil, oitocentas e sete) ações preferenciais sob o valor nominal de R\$ 1,00 (um real) e 4 (quatro) ações preferenciais de classe especial, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real),



valores estes destinados ao aumento de capital da sociedade mediante conversão do AFAC – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, já realizado pelos acionistas em favor da sociedade. As ações ora emitidas e subscritas serão integralizadas, em moeda corrente, na forma dos Boletins de Subscrições anexos.

**6.3. Aprovada** a alteração da denominação social da sociedade, que passa a ser “**JP PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS S.A.**”.

**6.4. Aprovado** o Estatuto que regerá a nova sociedade, cuja redação é a seguinte:

“

## ESTATUTO SOCIAL JP PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS S.A

### CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO

**Art. 1º** - A denominação social da sociedade é **JP PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS S.A.**, que se regerá pelas disposições contidas neste estatuto e na legislação vigente aplicável.

**Art. 2º** - A sociedade tem sua Sede Social na Rua Ângela Maria de Moraes, nº 36, Apt. 102, Bairro Alfa Sul, Município de Manhuaçu/MG, CEP: 36.904-159 e o foro competente é o da comarca de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais.

**Parágrafo Único:** A diretoria, quando julgar conveniente, poderá criar e instalar outras filiais, agências, escritórios, depósitos e outras dependências em qualquer parte do País ou no exterior, independente de autorização da Assembleia Geral.

**Art. 3º** - O objeto social da sociedade é o de compra e venda de imóveis próprios, locação de imóveis próprios e a participação societária ou acionária em outras empresas.

**Art. 4º** - É indeterminado o prazo de duração da sociedade, e o início de suas atividades se deu quando do arquivamento da respectiva ata de constituição no registro público competente.

### CAPÍTULO II CAPITAL, AÇÕES E ACIONISTAS

**Art. 5º** - O Capital Social é de R\$ 19.349.863,00 (dezenove milhões, trezentos e quarenta e nove mil, oitocentos e sessenta e três reais), divididos em 9.674.930 (nove milhões, seiscentas e setenta e quatro mil, novecentas e trinta) ações ordinárias de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, 9.674.929 (nove milhões, seiscentas e setenta e quatro mil, novecentas e vinte e nove) ações preferenciais de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada e 4 (quatro) ações preferenciais de classe especial, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real), totalmente integralizado.



**Parágrafo Primeiro:** As ações serão nominativas e os títulos que as representam poderão ser desdobrados sempre que assim o desejar o acionista.

**Parágrafo Segundo:** As ações preferenciais não têm direito a voto, gozando, contudo, da prioridade na distribuição do dividendo legal obrigatório.

**Parágrafo Terceiro:** As ações preferenciais de classe especial conferem poder de veto ao seu titular nas seguintes matérias:

- I. Mudança da sede da sociedade;
- II. Mudança do objeto social ou parte substancial do mesmo;
- III. Liquidação da sociedade;
- IV. Qualquer modificação dos direitos atribuídos às espécies e classes das ações do capital da sociedade;
- V. Modificação de direito atribuído pelo Estatuto Social à ação preferencial de classe especial;
- VI. Alienação de ativos de valores superiores à R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);
- VII. Distribuição de dividendos superiores ao mínimo definido no art. 35 deste estatuto;
- VIII. Fixação de remuneração da Diretoria.

**Art. 6º** - Somente os titulares de ações ordinárias nominativas poderão exercer o direito de voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**Art. 7º** - A sociedade poderá aumentar o capital social mediante subscrição particular de ações, cujo preço de emissão deverá ser fixado pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Primeiro:** Na proporção do número de ações que possuírem, de cada espécie, os acionistas terão preferência para subscrição dos aumentos de capital.

**Parágrafo Segundo:** Deverá a sociedade, em qualquer época, em virtude do aumento de capital, emitir ações preferenciais, sem direito a voto até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas, obedecidos os critérios legais, declarando, no ato, as vantagens e preferências a elas atribuídas, bem como as restrições a que estarão sujeitas.

**Parágrafo Terceiro:** A Assembleia Geral estabelecerá em que condições será realizada a subscrição de ações do aumento do capital, o que constará do boletim de subscrição.



**Art. 8º** - No caso de algum acionista desejar vender, alienar, ceder, transferir suas ações, toda ou parte das mesmas, assim como desejar realizar qualquer operação em relação aos direitos sobre as mesmas, deverá manifestar esse interesse por escrito, identificando o interessado, bem como o preço e as condições em que a operação irá se realizar. Necessário é o conhecimento desse interesse pelos demais acionistas, para que os mesmos possam exercer o direito de preferência em condições de igualdade.

**Parágrafo Primeiro:** Os acionistas, depois de notificados quanto ao interesse do acionista em transferir a qualquer título suas ações ou parte delas, ou ainda, dos direitos sobre as mesmas, terão o prazo de 30 (trinta) dias, para exercerem o direito de preferência em condições de igualdade, nos termos da comunicação remetida pelo acionista alienante ou cedente.

**Parágrafo Segundo:** Se algum ou alguns dos acionistas não desejarem adquirir as ações a que têm direito na proporção das que são possuidores, ou ainda, adquirir parte delas, os demais acionistas poderão adquirir estas ações, sempre dentro das proporções a que têm direito.

**Parágrafo Terceiro:** Se os acionistas não se manifestarem no prazo identificado no parágrafo primeiro, de suas intenções de adquirirem toda ou parte das ações, ou ainda dos direitos sobre as mesmas, nas condições que lhes foram oferecidas, o acionista alienante, cedente ou que pretende realizar a operação, ficará livre para proceder à alienação, cessão ou transferência das ações ou parte delas, ou ainda, dos direitos sobre as mesmas.

**Parágrafo Quarto:** Na eventualidade da alienação, da cessão ou transferência ou do direito sobre a mesma não se realizar, ou se realizar apenas parcialmente, ou o acionista dispor apenas de parte das ações ou dos direitos sobre as mesmas, para proceder a uma nova operação, mesmo que seja com o mesmo interessado, deverá novamente dar cumprimento às condições do Estatuto Social.

**Parágrafo Quinto:** Em não sendo atendidas as condições do presente artigo, a operação de alienação, cessão ou qualquer outro título que a mesma for realizada, seja a que título for, não será reconhecida pela Companhia.

**Parágrafo Sexto:** O direito de preferência de que trata o presente artigo é assegurado tão somente aos acionistas possuidores da mesma espécie de ação que se deseja vender, alienar, ceder ou transferir, na proporção das que são possuidores.

**Art. 9º** - Nos termos do art. 118 e seus parágrafos, da Lei nº 6.404/76, a Companhia deverá observar e respeitar quaisquer acordos de acionistas que versarem sobre direitos de compra e venda, transferências, cessão ou outras operações, acordos estes que deverão ser transcritos nos livros da sociedade.

### CAPÍTULO III ASSEMBLEIAS GERAIS



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31300172147 em 12/02/2025 da Empresa JP PARTICIPACOES IMOBILIARIAS S.A., Nire 31300172147 e protocolo 250226677 - 20/01/2025. Efeitos do registro: 13/01/2025. Autenticação: AAB8FBCFE2D2A6CD25A3E2A7A6B042867805B19. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/022.667-7 e o código de segurança UJd4 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/02/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL

**Art. 10** – As Assembleias Gerais serão ordinárias e extraordinárias e serão convocadas e realizadas na forma da lei.

**Parágrafo Primeiro:** A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á, anualmente, até 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, para:

- I. tomar as contas dos Administradores, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e Contábeis;
- II. deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos;
- III. eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando for o caso.

**Parágrafo Segundo:** A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária poderão ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo dia, hora e local, e instrumentadas em ata única.

**Art. 11** – Compete à Diretoria, por qualquer de seus membros, a convocação das Assembleias Gerais. Nos anúncios de convocação deverá constar a ordem do dia, o local, data e hora da reunião da Assembleia.

**Art. 12** – À Assembleia Geral compete fixar o montante da remuneração dos Diretores.

**Art. 13** – As pessoas presentes à Assembleia Geral deverão provar a qualidade de acionistas da sociedade. Os titulares de ações, se exigido, exibirão documento hábil de sua identidade ou de representação.

**Art. 14** – Antes de instalada a Assembleia Geral, os acionistas assinarão o Livro de “Presença de Acionistas”, com as formalidades de praxe.

**Art. 15** – A Assembleia Geral será instalada por um dos diretores, sendo escolhidos o Presidente e o Secretário da mesa pelos acionistas presentes, cabendo ao Presidente verificar a regularidade da instalação da Assembleia Geral e determinar a ordem dos trabalhos.

**Art. 16** – As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos dos acionistas presentes, não se computando os votos em branco e ressalvadas as exceções previstas em lei.

#### CAPÍTULO IV ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE



**Art. 17** – A Administração da sociedade competirá à Diretoria, composta de 1 (um) membro eleito e destituível a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Primeiro:** Somente poderão ser eleitos para membros da Diretoria pessoas naturais, residentes no país, acionistas ou não da sociedade.

**Parágrafo Segundo:** A Diretoria será investida em seus cargos mediante assinatura do Termo de Posse lavrado no Livro de “Atas de Reuniões da Diretoria”.

**Art. 18** – O Prazo de gestão dos membros da Diretoria é de 3 (três) anos de forma consecutiva, admitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro:** O prazo de gestão estender-se-á até a investidura dos novos Diretores eleitos.

**Parágrafo Segundo:** Os membros da Diretoria estão dispensados da prestação de garantia de gestão.

**Art. 19** – Compete à Diretora:

- I. assinar cheques, demonstrações financeiras e contábeis, contratos e outros documentos que estabeleçam direitos ou obrigações entre a Sociedade;
- II. elaborar os relatórios financeiros para efeito de prestação de contas no final do exercício;
- III. elaborar o orçamento para o exercício, quando requerido por qualquer dos acionistas ou pela Assembleia Geral;
- IV. organizar e manter rigorosamente em dia a escrituração contábil da Sociedade;
- V. exercer a administração financeira da Sociedade.
- VI. secretariar as reuniões, lavrando as respectivas atas;
- VII. zelar pela guarda dos arquivos, livros, pastas e demais assentamentos da Sociedade;
- VIII. administrar o pessoal da Sociedade;
- IX. colaborar com a administração da Sociedade;
- X. elaborar o plano anual de atividades, quando requerido por qualquer das acionistas ou pela Assembleia Geral.



**XI.** apresentar aos demais acionistas relatórios, planos de trabalho, balanços financeiros ou patrimoniais;

**XII.** zelar pelo funcionamento regular da Sociedade e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral;

**XIII.** a execução dos trabalhos definidos pela Diretoria na captação de negócios para a sociedade;

**XIV.** a apresentação anual de planejamento das operações da sociedade para análise e definição de sua execução;

**XV.** autorizar a criação, instalação e encerramento de filiais, sucursais, agências, escritórios ou depósitos;

**XVI.** representar a Sociedade, em juízo ou fora dela, ativa e passivamente, em todas as relações com terceiros, de forma isolada;

**XVII.** praticar todos os demais atos inerentes ao exercício de suas atividades pela sociedade.

**Art. 20** - No caso de vacância definitiva do cargo de Diretora ou impedimento desta, será convocada Assembleia Geral para realizar a nomeação de um(a) novo(a) Diretor(a).

**Art. 21** - A Sociedade poderá, através da assinatura do membro único da Diretoria, nomear procuradores para representá-la, dentro dos limites dos poderes conferidos nos respectivos mandatos, que terão sempre prazo determinado e não superior a um ano, ressalvados apenas os mandatos para fins judiciais, que terão duração indeterminada.

## CAPÍTULO V CONSELHO FISCAL

**Art. 22** - A sociedade terá um Conselho Fiscal, composto de 3 (três) membros, com igual número de suplentes, residentes no país, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, desde que esta requeira sua instalação.

**Parágrafo Único:** O Conselho Fiscal será instalado pela Assembleia Geral, a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 1/10 (um décimo) das ações com direito a voto ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto e cada período de funcionamento terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação.

## CAPÍTULO VI DOS BENS DA SOCIEDADE



**Art. 23** - Para que seja efetuada a venda de quaisquer bens de propriedade da sociedade, que integrem ou não o ativo circulante, independentemente de seu valor, será necessário a assinatura do membro da Diretoria, levando sempre em consideração, o teor e as disposições do Parágrafo Terceiro, art. 5 deste Estatuto Social.

## CAPÍTULO VII DO EXERCÍCIO SOCIAL E DIVIDENDOS

**Art. 24** - O exercício social terá seu término no dia 31 de dezembro de cada ano, oportunidade em que serão elaboradas as demonstrações financeiras, obedecidas as normas técnicas e legais aplicáveis.

**Art. 25** - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Diretoria apresentará proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício.

**Art. 26** - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos porventura acumulados e a provisão para o Imposto de Renda, ressalvadas as restrições contratuais.

**Art. 27** - O lucro líquido do exercício é o resultado que remanescer depois de feitas as deduções de que trata o art. 28 do presente.

**Art. 28** - Do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social, destinada a assegurar a integridade do mesmo, e que somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumento de capital.

**Art. 29** - A Assembleia Geral poderá, por proposta da Diretoria, destinar parte do lucro líquido à formação de Reservas para contingências com a finalidade de compensar, em exercícios futuros, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado.

**Art. 30** - Por proposta da Diretoria, a Assembleia Geral poderá destinar parte do lucro líquido para constituição de reservas de lucros a realizar, nas hipóteses e limites da lei.

**Art. 31** - Os Acionistas têm direito a receber, como dividendos, de no mínimo 15% (quinze por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

- I. quota destinada à constituição de Reserva Legal;
- II. importância destinada à formação para Reserva de Contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores e não utilizadas;



**III.** lucros a realizar transferidos para a constituição da Reserva de Lucros a realizar e Lucros anteriormente registrados nessa Reserva que tenham sido realizados no exercício.

**Art. 32** - A Assembleia Geral deliberará sobre o destino a ser dado ao saldo que ficar, depois de fixado o dividendo.

**Art. 33** - O dividendo previsto neste Estatuto não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da Administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da sociedade.

**Parágrafo Único:** Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos deste artigo serão registrados como Reserva Especial e, se não absorvidos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da sociedade.

**Art. 34** - Por deliberação da Assembleia Geral, mediante proposta da Diretoria e ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, poderá haver a distribuição de dividendos inferiores ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro.

**Art. 35** - A Diretoria, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento, poderá determinar a distribuição antecipada de dividendos, com base em Balanço Intermediário, *ad referendum* da Assembleia Geral, especialmente levantado para tal fim.

**Art. 36** - Para os fins de que trata este capítulo, as deliberações a serem tomadas em Assembleia ficam sujeitas à aprovação de no mínimo 100% (cem por cento) do capital votante da sociedade.

## CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 37** - A sociedade entrará em dissolução, liquidação ou extinção nos casos previstos em lei, ou quando assim desejar a Assembleia Geral, por decisão unânime dos acionistas.

**Parágrafo Único:** A Assembleia Geral nomeará o liquidante e determinará o modo de liquidação, elegerá um Conselho Fiscal que deve funcionar durante o período de liquidação.

**Art. 38** - A sociedade não se dissolverá pela morte, interdição, falência ou insolvência de quaisquer de seus acionistas, podendo, o(s) sucessor(es), caso assim deseje(m), ser(em) admitido(s) à sociedade substituindo o acionista falecido na composição do quadro societário da sociedade."



6.5. **Eleito**, para o período de 2025/2028, cujos mandatos se iniciarão na data de registro do preste estatuto social e se encerrarão extraordinariamente em 30/04/2028, o acionista Sr. **JUAREZ PRATA PENA**, brasileiro, empresário, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, portador da Carteira de Identidade de nº MG-1.707.619 expedida pela SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 336.502.846-34, nascido em 19/12/1956, residente e domiciliado na Avenida Letícia Vargas Pinheiro, nº 110, Bairro Pinheiro II, Município de Manhuaçu/MG, CEP: 36.902-084 para o cargo de Diretor.

6.6. **Arbitrados** os valores dos honorários da Diretoria em R\$ 1.518,00 (mil, quinhentos e dezoito reais) para o Diretor.

6.7. **Registrada** a não solicitação dos presentes para a instalação do Conselho Fiscal.

6.8. **Registrada** a vontade dos acionistas de que o Diretor não será remunerado pelo exercício do cargo de Diretoria para o qual foi eleito, sendo assim o Diretor renuncia expressamente a qualquer valor a lhe ser pago a título de remuneração ou pró-labore.

7. **Encerramento:** Lida a presente, foi a mesma aprovada e assinada por todos os comparecentes, tendo sido autorizada a sua lavratura em três vias de igual teor e forma para os ulteriores efeitos de direito.

8. **Autenticação:** Confere com o original lavrado no livro próprio.

Manhuaçu/MG, 13 de janeiro de 2025.

**JUAREZ PRATA PENA**  
Presidente/Diretor/Acionista

**MARIA APARECIDA VIEIRA PENA**  
Secretária / Acionista

**Visto do Advogado:**

**Tiago Abreu Gontijo**  
OAB/MG 96.242



## **ANEXO I - BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES**

### **JP PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS S.A. ANEXO À AG DE TRANSFORMAÇÃO DE 13/01/2025**

**EMISSORA:** JP PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na rua Ângela Maria de Moraes, n. 36, apto 102, Bairro Alfa Sul, Município de Manhuaçu/MG, CEP: 36.904-159, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n. 19.324.363/0001-00, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 3121001070-9.

**SUBSCRITOR:** JUAREZ PRATA PENA, brasileiro, empresário, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, portador da Carteira de Identidade de nº MG-1.707.619 expedida pela SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 336.502.846-34, residente e domiciliado na Avenida Letícia Vargas Pinheiro, 110, bairro Pinheiro II, município de Manhuaçu/MG, CEP: 36.902-084.

**SUBSCRIÇÃO:** O acionista acima subscreve o montante total de 19.349.862 (dezenove milhões, trezentos e quarenta e nove mil, oitocentos e sessenta e duas) ações, sendo 9.674.929 (nove milhões, seiscentas e setenta e quatro mil, novecentas e vinte e nove) ações ordinárias nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real), 9.674.929 (nove milhões, seiscentas e setenta e quatro mil, novecentas e vinte e nove) ações preferenciais nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) e 4 (quatro) ações preferenciais de classe especial no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) da seguinte maneira:

I. 6.434.122 (seis milhões, quatrocentas e trinta e quatro mil, cento e vinte e duas) ações ordinárias nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) e 6.434.122 (seis milhões, quatrocentas e trinta e quatro mil, cento e vinte e duas) ações preferenciais nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real), já integralizadas pelo acionista em favor da sociedade;

II. 3.240.807 (três milhões, duzentas e quarenta mil, oitocentas e sete) ações ordinárias nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real), 3.240.807 (três milhões, duzentas e quarenta mil, oitocentas e sete) ações preferenciais nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) e 4 (quatro) ações preferenciais de classe especial no valor nominal de R\$ 1,00 (um real), destinados ao aumento de capital social da sociedade, ora integralizadas mediante conversão de AFAC (adiantamento para futuro aumento de capital) já realizado pelo acionista em favor da sociedade.

Manhuaçu/MG, 13 de janeiro de 2025.

**Subscriber:**

---

**JUAREZ PRATA PENA**



**Emissora:**

\_\_\_\_\_  
**JP PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS S.A.**  
**JUAREZ PRATA PENA**  
Diretor

**Mesa:**

\_\_\_\_\_  
**JUAREZ PRATA PENA**  
Presidente

\_\_\_\_\_  
**MARIA APARECIDA VIEIRA PENA**  
Secretária



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31300172147 em 12/02/2025 da Empresa JP PARTICIPACOES IMOBILIARIAS S.A., Nire 31300172147 e protocolo 250226677 - 20/01/2025. Efeitos do registro: 13/01/2025. Autenticação: AAB8FBCFE2D2A6CD25A3E2A7A6B042867805B19. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/022.667-7 e o código de segurança UJd4 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/02/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL

pág. 15/19

**ANEXO II - BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES**

**JP PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS S.A.  
ANEXO À AG DE TRANSFORMAÇÃO DE 13/01/2025**

**EMISSORA:** JP PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na rua Ângela Maria de Moraes, n. 36, apto 102, Bairro Alfa Sul, Município de Manhuaçu/MG, CEP: 36.904-159, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n. 19.324.363/0001-00, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 3121001070-9.

**SUBSCRITORA:** MARIA APARECIDA VIEIRA PENA, brasileira, empresária, casada sob o regime de comunhão parcial, portadora da Carteira de Identidade nº. MG-5.688.793, expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº. 837.621.246-04, nascida em Simonésia, residente e domiciliada na Avenida Lécia Vargas Pinheiro, 110, bairro Pinheiro II, município de Manhuaçu/MG, CEP: 36.902-084;

**SUBSCRIÇÃO:** A acionista acima subscreve o montante total de 1 (uma) ação ordinária nominativa de valor unitário de R\$ 1,00 (um real), totalizando R\$ 1,00 (um real), já integralizadas em favor da sociedade.

Manhuaçu/MG, 13 de janeiro de 2025.

**Subscritora:**

---

**MARIA APARECIDA VIEIRA PENA**

**Emissora:**

---

**JP PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS S.A.  
JUAREZ PRATA PENA  
Diretor**

**Mesa:**

---

**JUAREZ PRATA PENA**  
Presidente

---

**MARIA APARECIDA VIEIRA PENA**  
Secretária



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31300172147 em 12/02/2025 da Empresa JP PARTICIPACOES IMOBILIARIAS S.A., Nire 31300172147 e protocolo 250226677 - 20/01/2025. Efeitos do registro: 13/01/2025. Autenticação: AAB8FBCFE2D2A6CD25A3E2A7A6B042867805B19. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/022.667-7 e o código de segurança UJd4 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/02/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL

pág. 16/19



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/022.667-7	MGP2500132713	13/01/2025

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
336.502.846-34	JUAREZ PRATA PENA
837.621.246-04	MARIA APARECIDA VIEIRA PENA
013.421.386-60	TIAGO ABREU GONTIJO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31300172147 em 12/02/2025 da Empresa JP PARTICIPACOES IMOBILIARIAS S.A., Nire 31300172147 e protocolo 250226677 - 20/01/2025. Efeitos do registro: 13/01/2025. Autenticação: AAB8FBCFE2D2A6CD25A3E2A7A6B042867805B19. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/022.667-7 e o código de segurança UJd4 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/02/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL



## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa JP PARTICIPACOES IMOBILIARIAS S.A., de NIRE 3130017214-7 e protocolado sob o número 25/022.667-7 em 20/01/2025, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 31300172147, em 12/02/2025. O ato foi deferido eletronicamente pela 3ª TURMA DE VOGAIS.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
336.502.846-34	JUAREZ PRATA PENA
837.621.246-04	MARIA APARECIDA VIEIRA PENA
013.421.386-60	TIAGO ABREU GONTIJO

### Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
336.502.846-34	JUAREZ PRATA PENA
837.621.246-04	MARIA APARECIDA VIEIRA PENA
013.421.386-60	TIAGO ABREU GONTIJO

Belo Horizonte, quarta-feira, 12 de fevereiro de 2025



Documento assinado eletronicamente por Wellington Mumic em 12/02/2025, às 12:13 conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por Maria Aparecida da Conceição Rossi em 12/02/2025, às 12:13 conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por Helton Andrade em 12/02/2025, às 12:13 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://www.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 25/022.667-7.





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

o ato foi deferido pelo decisor singular/turma e cancelado mediante certificado digital pelo(a) Secretário(a)-Geral:

## Identificação do(s) Assinante(s)

Nome

MARINELY DE PAULA BOMFIM



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte. quarta-feira, 12 de fevereiro de 2025



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31300172147 em 12/02/2025 da Empresa JP PARTICIPACOES IMOBILIARIAS S.A., Nire 31300172147 e protocolo 250226677 - 20/01/2025. Efeitos do registro: 13/01/2025. Autenticação: AAB8FBCFE2D2A6CD25A3E2A7A6B042867805B19. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 25/022.667-7 e o código de segurança UJd4 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/02/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 19/19